

EUA são o parceiro fundamental, diz FH

Em entrevista exclusiva ao "Estado", Fernando Henrique detalha sua política externa e define a lista de prioridades para o País

REALI JUNIOR
Correspondente

BRUXELAS — Os Estados Unidos são e deverão continuar a ser o parceiro fundamental do Brasil, liderando o grupo de quatro países que integram a lista das novas prioridades da política externa brasileira: Argentina, Alemanha e Japão. Ao contrário de outros tempos, o governo brasileiro não tem mais problemas para definir publicamente quais são seus principais parceiros no mundo, optando por países que na virada do século poderão oferecer condições tecnológicas indispensáveis para o desenvolvimento do País.

"Reconhecemos o fato de que os Estados Unidos devem ser o parceiro fundamental e os Estados Unidos também reconhecem que sem o Brasil é difícil fazer um acordo hemisférico", disse o presidente Fernando Henrique Cardoso durante sua recente passagem por Bruxelas, na Bélgica, quando recebeu o Estado para uma conversa de mais de uma hora e meia, em sua suíte no Hotel Conrad. Foi a primeira vez que Fernando Henrique definiu suas opções em matéria de política externa, desde a posse na Presidência da República.

Para onde vai o Brasil? Quais suas ambições de participação mais ativa nos fóruns internacionais, os deveres e obrigações que decorrem dessa nova postura? Até que ponto o terceiro mundo é hoje uma idéia atual ou do passado? O jogo da verdade com a opinião pública, onde nada mais é secreto — mesmo em questões sensíveis como o controle da tecnologia de lançamento de mísseis — tem sido possível na opinião de Fernando Henrique pelo fato de o País viver num regime civil e democrático, havendo perfeito entrosamento com os militares, e por uma outra razão, como disse o próprio presidente: "Quem comanda o processo sou eu."

A política externa do Brasil já mudou, não só em termos de prioridades, mas também de postura. Mesmo, observa Fernando Henrique, com o Itamaraty mantendo uma certa tradição, uma linha de atuação bem definida e sem zig-zagues — o que lhe dá, a seu ver, maior credibilidade no Exterior. Muitas vezes a opinião pública e o próprio Congresso não se interessam como deviam pela ação externa do País, acredita Fernando Henrique, mas desde que foi ministro das Relações Exteriores, no início do governo Itamar Franco, ele tem procurado colocar mais diretamente essas questões.

Hoje, ele lembra que já existem grupos no Brasil que estudam as questões internacionais. Além disso, o desenvolvimento da economia criou entre o empresariado a necessidade de estar mais atento a esses problemas, pelo menos no ângulo dos grandes processos econômicos e comerciais. Esse traço de continuidade de nossa política externa não quer dizer que não tenham havido mudanças importantes.

A primeira mudança fundamental para o presidente Fernando Henrique foi produzida no relacionamento do Brasil com a Argentina. Foi a de maior impacto a seu ver. Ele destaca o papel do ex-presidente José Sarney, hoje senador pelo PMDB do Amapá, como iniciador desse processo de aproximação, não só com a Argentina, mas também com toda a América Latina, desenvolvendo contatos pessoais com os presidentes, os quais Fernando Henrique tem procurado aprofundar.

"Essa aproximação foi muito importante para não nos isolarmos, mantendo um contato estreito com a América Latina e permitindo um diálogo forte com os diversos países", diz Fernando Henrique. Outra mudança foi a definição mais clara dos parceiros do Brasil. O presidente não hesita ao afirmar: "Que fique bem claro: os Estados Unidos são nosso parceiro fundamental, por causa da posição central desse país."

Pouco a pouco, de uns tempos para cá foram sendo superadas dificuldades existentes no relacionamento com os Estados Unidos, um contencioso amplo que vinha desde o regime militar e envolvia questões de direitos humanos, absorção de tecnologia e material sensível. Essa situação evoluiu favoravelmente. "Já estamos a ponto de assinar, provavel-

mente ainda em outubro, o acordo na área do MTCR, o instrumento internacional que controla os veículos lançadores de mísseis." Tudo isso, explica, porque o Brasil tem hoje autonomia tecnológica para fabricar lançadores.

Essa é para o presidente outra mudança substancial, a transparência nas relações e na comunicação. "Nada mais é escondido", diz Fernando Henrique. "No caso dos mísseis, o tema foi debatido nos círculos científicos, políticos e militares, tomando-se a decisão de que o País seria informado que controlamos a tecnologia de lançamento de foguetes e que estávamos dispostos a aceitar os compromissos internacionais."

"O Brasil deixou de ir na contramão da história, tentando apenas obter vantagens isoladas, sem entrar no núcleo das questões externas", prossegue o presidente. "Já se fez isso anteriormente na questão atômica com o acordo quadripartite na AIEA de Viena e agora está se repetindo com o MTCR." Fernando Henrique parte daí para definir, mais uma vez, o tipo de relações que des-

taçam, e com a China, destino da próxima grande viagem ao Exterior do presidente, existe um relacionamento tecnológico crescente, enquanto ambos os mercados trocam olhares recíprocos.

Na União Européia, técnicos envolvidos no acordo com o Mercosul admitem que essa aproximação é uma opção estratégica não só da União Européia — pois o conjunto dos países que a integram dificilmente poderá manter o nível de vida de suas populações, a partir do ano 2000, só com o mercado da Europa —, mas também para os países do Mercosul — que terão nas mãos um instrumento importante para orientar sua própria relação com os Estados Unidos.

Fernando Henrique prefere não utilizar o termo orientação, mas considera que esse é um sinal claro de que a nossa política de aproximação com os Estados Unidos não é excluyente e que na medida que tivermos uma relação clara com a Europa, isso vai facilitar o diálogo com os Estados Unidos. "Nunca os norte-americanos tentaram impor uma relação exclusivamente hemisférica, pois o Brasil é um país autônomo", diz o presidente.

O presidente vê no Itamaraty, ao lado do Banco Central (em menor escala) e das Forças Armadas, um celeiro onde são recrutados os melhores quadros administrativos do País, a chamada "elite dirigente". Mesmo tendo em seu corpo de embaixadores excelentes negociadores internacionais, o Itamaraty nem sempre desenvolve uma ação política muito ativa, constatando-se uma certa timidez, para muitos ainda um vício dos 20 anos de autoritarismo.

Fernando Henrique admite que isso seja possível, lembrando que a

tradição de um corpo muito fechado talvez tenha um certo peso nisso. Na medida que pode, diz estar estimulando o Itamaraty a participar mais ativamente do debate, convencido que, dentro de certos limites, pode desenvolver uma atuação bem mais aberta. Aliás, tem observado mudanças, como a organização de debates com organizações não-governamentais nas suas viagens ao Exterior, como ocorreu agora na Bélgica. Até muito pouco tempo, esses contatos constituíam um tabu, mas hoje é o próprio Itamaraty quem os organiza.

Para Fernando Henrique, o Itamaraty abandonou a política de "punhos de renda" do passado, mas ele concorda que é preciso injetar nessa elite a disposição de atuar com mais desenvoltura, levando em conta que o País está enfrentando desafios de nível mundial: "Podemos avançar muito em termos de nossa presença internacional e não mais podemos ficar nessa posição de timidez."

Aliás, Fernando Henrique reconhece também um papel político bem mais ativo do Brasil na própria reorganização da Carta das Nações Unidas. Isso não quer dizer que o Brasil tenha de ser obrigatoriamente membro do Conselho de Segurança da ONU, mesmo porque não depende só do País, devendo haver um consenso. Além do mais, se isso vir a ocorrer é preciso pensar também nos novos deveres e novas responsabilidades.

Por exemplo, uma participação mais ativa nas forças de manutenção de paz da ONU implica em gastos importantes. O presidente, nos seus contatos com segmentos políticos, empresariais e militares, tem insistido que essa não é uma decisão unilateral e coloca sempre a pergunta: "O

Brasil está disposto a participar mais efetivamente e arcar com os custos?"

É verdade que o Brasil tem participado, na área da América Latina, de forma mais consistente, intervindo quando da crise Peru-Ecuador, ou agora, mais recentemente, enviando a Angola 1.100 homens, a maior força já enviada ao Exterior após a Segunda Guerra Mundial. Não se trata apenas de dinheiro, adverte Fernando Henrique, mas também é preciso computar o custo em vidas humanas: "Como a liderança nessas áreas tem custos, é preciso consultar o país para saber se ele quer ou não pagar o preço."

Mas não é só nas Nações Unidas que temos reivindicações. O presidente acha que devemos ter uma participação mais ativa no Fundo Monetário Internacional (FMI) e isso é possível. Fernando Henrique lembra que tem insistido junto ao FMI para a criação de novos mecanismos que permitam controlar os fluxos de capitais, cujas regras não são bem definidas.

Ele foi um dos primeiros a levantar esse aspecto do problema, e acha que chegou a hora de uma decisão. O Brasil quer também participar na OCDE, cuja sede é em Paris. "Estamos vivendo uma época em que a idéia do Terceiro Mundo pertence ao passado, onde não temos mais complexo de dizer que os nossos principais parceiros são os EUA, Alemanha e Japão."

O Brasil, como outros grandes países continentais, Rússia e Estados Unidos, tende a privilegiar seus próprios problemas, muitas vezes parecendo se desinteressar por questões internacionais que o atingem diretamente. Esse não foi o caso, entretanto, recentemente, quan-

do da vaga de protestos anti-franceses, contrários aos testes nucleares em Mururoa. Ocorreram protestos no Brasil em vários níveis, não só do presidente, do governo, mas de todos os segmentos do país.

Uma bomba como a francesa no Pacífico, se lançada no Atlântico Sul, provocaria reações do mesmo tipo que assistimos na Austrália e na Nova Zelândia, segundo acredita o presidente. "Você sabe que quando algum navio carregado de material sensível tenta passar por nossa costa, já dá uma confusão enorme." A seu ver, essa aversão à coisa atômica existe muito fortemente junto a opinião pública brasileira. Hoje, certas questões que são universais começam a ser sentidas no Brasil como questões contemporâneas, tais como meio ambiente e direitos humanos, anteriormente verdadeiros tabus. Tudo isso revela como a nossa política externa tem mudado muito.

No Exterior, já não se fala da dívida externa brasileira, mas uma outra cobrança tem aparecido cada vez mais freqüentemente na imprensa e mesmo junto a investidores internacionais preocupados com a segurança de seus capitais aplicados no País. Trata-se do resgate da dívida social. O presidente da República diz que essa cobrança é também sua, mas que os países que vierem a cobrar deverão nos ajudar a resgatá-la.

Muitos investidores consideram que os investimentos maciços que se dirigem ao Brasil já constituem uma ajuda, com o que o presidente também concorda. Mas ele lembra que eles sabem que se trata de um processo de longo prazo, cujo fundamento é o desenvolvimento econômico: "O maior programa de distribuição de renda no Brasil é o Plano Real", diz. "Ninguém fez mais do que o plano nesses 16 meses de estabilização e o povo sabe disso." Essa é, a seu ver, uma das consequências, sendo que a outra é o clima de segurança que se cria para investimentos e elevação do nível de emprego.

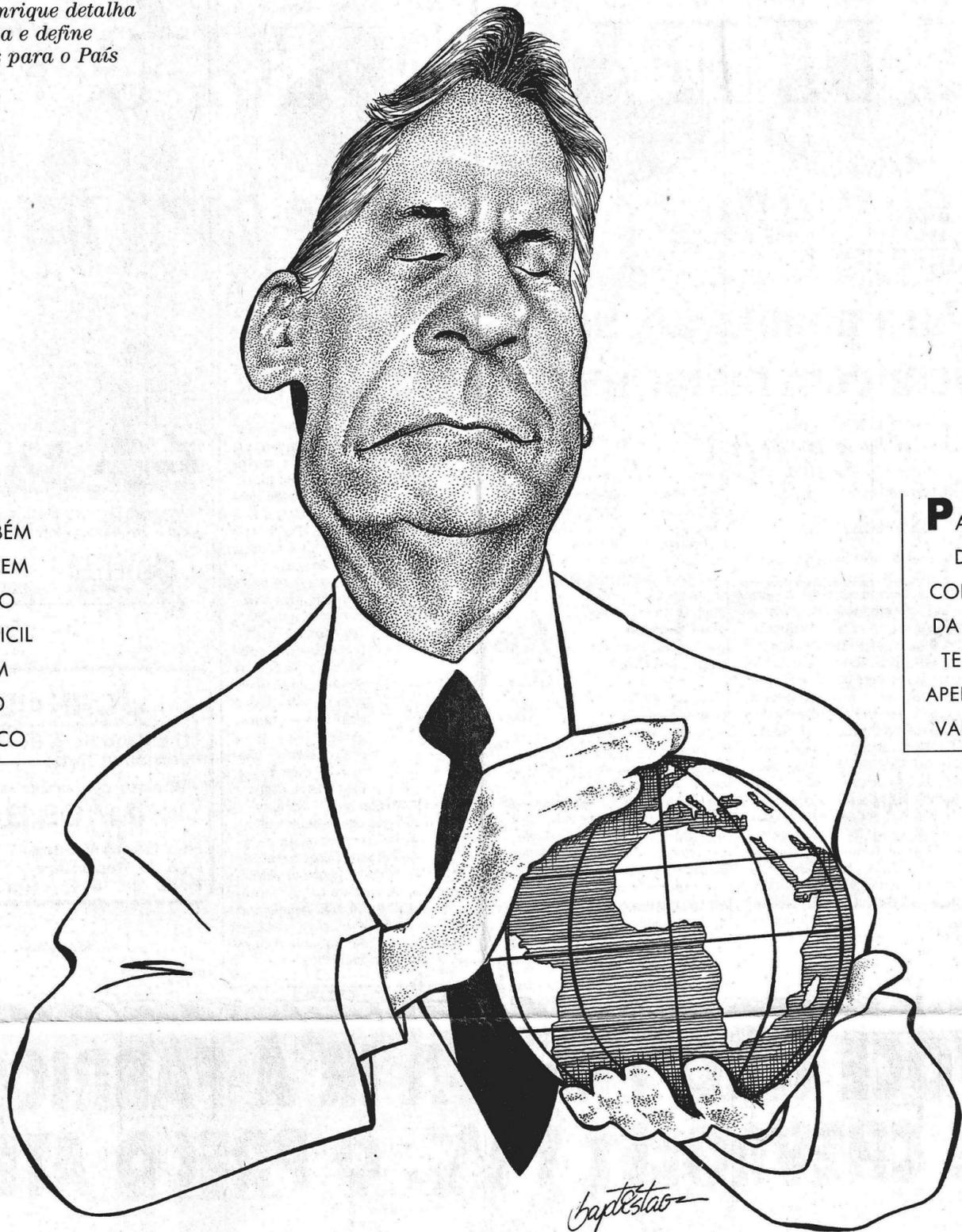
Na União Européia, técnicos em Bruxelas, próximos da América Latina, consideram que depois de uma fase de acentuado liberalismo, chegou o momento desse continente redescobrir Keynes. Para Fernando Henrique, um homem como Keynes é sempre atual, convencido de que, quando a obsessão volta a ser o emprego é claro que Keynes sempre reaparece.

No caso do Brasil, entretanto, os economistas são bem mais pragmáticos, e nem nos momentos de maior liberalismo, os principais economistas que tiveram responsabilidade de governo nunca chegaram a imitar o exemplo de Martínez de Oz, na Argentina. Jamais, no Brasil, alguém no exercício de suas funções veio a público propor como alternativa o Estado ou o mercado. "O neoliberalismo no Brasil é inviável, pois não podemos deixar de ter um Estado para cuidar da pobreza, do investimento público e elevar o nível de emprego", diz Fernando Henrique.

Hoje, segundo o presidente da República, o Brasil espera investimentos de seus principais parceiros, mas isso não basta. O País pretende participar através de joint-ventures em áreas de alto grau de agregação tecnológica. Por isso, o País optou para suas relações prioritárias Estados Unidos, Alemanha e Japão, porque são países que estão criando as condições de desenvolvimento tecnológico para o próximo século.

Esse é o aspecto central do nosso interesse e não apenas o aspecto keynesiano de criação de empregos. Fernando Henrique adverte: "Isso foi o que afundou o chamado socialismo real e os que pensam que são de esquerda com esse horizonte se enganaram." E prossegue: "Como houve mudança no passado do feudalismo para o capitalismo, estamos diante de novas mudanças fundamentais que quebram a superestrutura criada para ser autárquica, preconizando uma mudança profunda no próprio sistema de impostos etc."

Para Fernando Henrique, "estamos vivendo num mundo renascentista, um grande momento da história da humanidade e ainda não percebemos isso". Por isso, o livro que mais o impressionou ultimamente foi o de Mikhail Gorbachev. Ele escreveu que diante do terror atômico e das questões ambientais, não adiantava mais falar em Estado nacional e classes. "É algo duro de dizer, principalmente para alguém de formação marxista como ele, mas essa é a realidade e a demonstração da guinada ocorrida no mundo."



ELES TAMBÉM RECONHECEM QUE SEM O BRASIL É DIFÍCIL FAZER UM ACORDO HEMISFÉRICO

PAÍS DEIXOU DE IR NA CONTRAMÃO DA HISTÓRIA, TENTANDO APENAS OBTÉR VANTAGENS

do da vaga de protestos anti-franceses, contrários aos testes nucleares em Mururoa. Ocorreram protestos no Brasil em vários níveis, não só do presidente, do governo, mas de todos os segmentos do país.

Uma bomba como a francesa no Pacífico, se lançada no Atlântico Sul, provocaria reações do mesmo tipo que assistimos na Austrália e na Nova Zelândia, segundo acredita o presidente. "Você sabe que quando algum navio carregado de material sensível tenta passar por nossa costa, já dá uma confusão enorme." A seu ver, essa aversão à coisa atômica existe muito fortemente junto a opinião pública brasileira. Hoje, certas questões que são universais começam a ser sentidas no Brasil como questões contemporâneas, tais como meio ambiente e direitos humanos, anteriormente verdadeiros tabus. Tudo isso revela como a nossa política externa tem mudado muito.

No Exterior, já não se fala da dívida externa brasileira, mas uma outra cobrança tem aparecido cada vez mais freqüentemente na imprensa e

mesmo junto a investidores internacionais preocupados com a segurança de seus capitais aplicados no País. Trata-se do resgate da dívida social. O presidente da República diz que essa cobrança é também sua, mas que os países que vierem a cobrar deverão nos ajudar a resgatá-la.

Muitos investidores consideram que os investimentos maciços que se dirigem ao Brasil já constituem uma ajuda, com o que o presidente também concorda. Mas ele lembra que eles sabem que se trata de um processo de longo prazo, cujo fundamento é o desenvolvimento econômico: "O maior programa de distribuição de renda no Brasil é o Plano Real", diz. "Ninguém fez mais do que o plano nesses 16 meses de estabilização e o povo sabe disso." Essa é, a seu ver, uma das consequências, sendo que a outra é o clima de segurança que se cria para investimentos e elevação do nível de emprego.

Na União Européia, técnicos em Bruxelas, próximos da América Latina, consideram que depois de uma fase de acentuado liberalismo, chegou o momento desse continente redescobrir Keynes. Para Fernando Henrique, um homem como Keynes é sempre atual, convencido de que, quando a obsessão volta a ser o emprego é claro que Keynes sempre reaparece.

No caso do Brasil, entretanto, os economistas são bem mais pragmáticos, e nem nos momentos de maior liberalismo, os principais economistas que tiveram responsabilidade de governo nunca chegaram a imitar o exemplo de Martínez de Oz, na Argentina. Jamais, no Brasil, alguém no exercício de suas funções veio a público propor como alternativa o Estado ou o mercado. "O neoliberalismo no Brasil é inviável, pois não podemos deixar de ter um Estado para cuidar da pobreza, do investimento público e elevar o nível de emprego", diz Fernando Henrique.

Hoje, segundo o presidente da República, o Brasil espera investimentos de seus principais parceiros, mas isso não basta. O País pretende participar através de joint-ventures em áreas de alto grau de agregação tecnológica. Por isso, o País optou para suas relações prioritárias Estados Unidos, Alemanha e Japão, porque são países que estão criando as condições de desenvolvimento tecnológico para o próximo século.

Esse é o aspecto central do nosso interesse e não apenas o aspecto keynesiano de criação de empregos. Fernando Henrique adverte: "Isso foi o que afundou o chamado socialismo real e os que pensam que são de esquerda com esse horizonte se enganaram." E prossegue: "Como houve mudança no passado do feudalismo para o capitalismo, estamos diante de novas mudanças fundamentais que quebram a superestrutura criada para ser autárquica, preconizando uma mudança profunda no próprio sistema de impostos etc."

Para Fernando Henrique, "estamos vivendo num mundo renascentista, um grande momento da história da humanidade e ainda não percebemos isso". Por isso, o livro que mais o impressionou ultimamente foi o de Mikhail Gorbachev. Ele escreveu que diante do terror atômico e das questões ambientais, não adiantava mais falar em Estado nacional e classes. "É algo duro de dizer, principalmente para alguém de formação marxista como ele, mas essa é a realidade e a demonstração da guinada ocorrida no mundo."